

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas dez horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que se encontravam ausentes os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Sambade, Ricardo Pimentel, e de Vilarchão, Horácio Pinto, fazendo-se representar, respetivamente, pelos seus substitutos legais, Senhor Paulo Correia e Hélder José Branco Pires, em conformidade com o estabelecido no n.º 1, alínea c) do artº 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- De seguida, procedeu-se à chamada dos senhores deputados municipais, verificando-se a ausência do Senhores Deputados Adriano Andrade e Eduardo Almendra, tendo os mesmos justificado a respetiva falta. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se às intervenções relativas à evocação do 25 de Abril de 1974. -----

EVOCAÇÃO DO “25 DE ABRIL DE 1974”

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MARIA MANUEL SILVA – BANCADA DO PS:

----- *“Até há 44 anos atrás, o nosso pequeno país à beira-mar plantado vivia “orgulhosamente só”, exilado e envelhecido, num ocidente de países em plena efervescência social e intelectual. -----*

----- *Neste país que cujo ideal era defender o Império das Forças Armadas, a sociedade dividia-se em três tipos: ricos (poucos), pobres (muitos) e mulheres (mais que muitas, mais de metade da população). -----*

----- *Questionar-se-ão agora os que me ouvem, porque razão fiz eu esta divisão da sociedade portuguesa? Não seriam as mulheres pessoas como as outras? Ricas ou pobres, mas pessoas? Para quem não viveu naquela época, tal como eu, é difícil imaginar um cenário em que as mulheres não fossem tratadas como seres humanos que são, com direitos iguais, com sonhos, vontades, capacidades.. com LIBERDADE! Mas, à época não era bem assim, se não vejamos. Antes da Revolução dos Cravos: -----*

----- • *O único modelo de família aceite era o resultante do contrato de casamento. -----*

----- • *O Código Civil determinava que “pertence à mulher durante a vida em comum, o governo doméstico”. -----*

----- • *A mulher tinha legalmente o domicílio do marido e era obrigada a residir com ele. -----*

----- • *A mulher, face ao Código Civil, podia ser repudiada pelo marido no caso de não ser virgem na altura do casamento. -----*

----- • *Mães solteiras não tinham qualquer proteção legal. -----*

----- • *Até 1969, a mulher não podia viajar para o estrangeiro sem autorização do marido. -----*

----- • *O marido tinha o direito de abrir a correspondência da mulher (que seria o equivalente a ter a password de acesso ao computador ou telemóvel da mulher, nos dias de hoje) -----*

----- • *A lei do contrato individual do trabalho permitia que o marido pudesse proibir a mulher de trabalhar fora de casa. --*

----- • *As mulheres não tinham acesso às seguintes carreiras: magistratura, diplomática, militar e polícia. -----*

----- • *Certas profissões (por ex., enfermeira, hospedeira do ar) implicavam a limitação de direitos, como o direito de casar. -----*

----- • *Até final da década de 60, as mulheres só podiam votar quando fossem chefes de família (se fossem viúvas, por exemplo) e possuísem curso médio ou superior. -----*

----- • *As mulheres apenas podiam votar para as Juntas de Freguesia no caso de serem chefes de família, tendo de apresentar atestado de idoneidade moral. -----*

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- E a lista continua por aí adiante. Mas não deixa de ser chocante perceber que esse Portugal existia assim, um país onde as pessoas não eram livres para dizer o que pensavam, que viviam vidas inteiras com fome, sem acesso à Educação e à Saúde. Um país onde as mulheres não eram pessoas.. eram meias pessoas ou quase-pessoas. Propriedades dos pais, depois dos maridos, condicionadas ao trabalho doméstico e a cuidar da família. -----

----- 44 anos depois o que mudou? Tanta coisa e tão pouca! -----

----- Atualmente: -----

----- • Temos famílias com mãe e pai, com pai e pai, mãe e mãe, só com pai ou só com mãe onde todos são chefes de família sem nenhum ser, mas onde a família dita "tradicional" ainda é a que é vista com bons olhos; -----

----- • Temos o mercado de trabalho repleto de mulheres, em todos os setores de atividade mas que, comparativamente com os homens, no exercício das mesmas funções, continuam a receber salários mais baixos; -----

----- • Temos mulheres a votar e a assumir competentemente cargos políticos, mas ainda temos a necessidade de ter uma Lei da Paridade que obrigue a que haja um mínimo 40% de pessoas de um dos sexos nas listas que vão a sufrágio e não venham dizer que é para incluir os homens na política! -----

----- • Continuamos com uma percentagem elevadíssima de violência contra mulheres (82,5% das vítimas). -----

----- Por todas estas razões e outras tantas, que podemos dizer que abril ainda não acabou de se cumprir. E é por isso, também, que é importante lembrá-lo anós após ano, para que não esqueçamos os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade que motivaram a Revolução dos Cravos e continuemos a lutar por eles até que se cumpram! -----

----- Viva o 25 de abril! -----

----- Vivam as Mulheres e Homens de Portugal! -----

----- Viva Portugal! -----

----- Viva a Liberdade!" -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO GABRIEL MARTINS – BANCADA DO PSD/CDS-PP:

----- "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal, -----

----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

----- Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- Hoje assinalamos a efeméride ocorrida no dia 25 de Abril de 1974 que pôs termo ao regime político do Estado Novo e que marcou o início do nosso actual regime democrático. -----

----- No que se refere à democratização, a data que hoje comemoramos, deu origem a um regime político que concebe o pluripartidarismo, foram reconhecidos direitos cívicos e sociais e, acima de tudo, introduziu a liberdade de expressão. -----

----- O novo regime constitucional veio permitir a expressão político-social e a atitude democrática de confronto de ideias políticas. -----

----- As sucessivas alterações à Constituição da República Portuguesa foram determinando os valores democráticos basilares e fundamentais. -----

----- Estes valores começaram a ser sentidos com as reformas resultantes das leis constitucionais relativas à educação, saúde e habitação, que a partir das quais ganhamos uma real noção de igualdade de direitos e oportunidades. -----

----- Políticamente, os cidadãos com mais de 18 anos, independentemente do sexo e do grau de escolaridade passaram a ter o direito ao voto, participando assim na eleição do parlamento e por consequência do governo, presidente da república e poder local, dando assim a responsabilidade ao povo das suas decisões. -----

----- Dada à criação de vários partidos políticos, dos mais diversos quadrantes, o povo passou a ter o poder de eleger os seus responsáveis políticos dentro de um pluralismo político partidário. -----

----- Adquirir estes direitos foi uma incansável luta ideológica do ponto de vista político, pois, só se conseguiram com o confronto positivo de ideias. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Para isso contribuiu o Princípio Constitucional do Direito de Oposição Democrática, constante do artigo 114.º da CRP. e, continua também a contribuir, a Lei nº 24/98 com as respetivas actualizações, conferindo aos partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade. -----

----- A Coligação "Acreditar em Alfândega da Fé" em representação do expressivo resultado do sufrágio eleitoral, tem a obrigação de concretizar uma constante e laboriosa política de oposição. -----

----- Na democracia, o papel da oposição é claro: -----

----- Diríamos, estar ao lado do executivo não é apenas apoiar sem questionar ou contestar; e ser oposição não é somente ser contra, mas sim debater e também contribuir, fiscalizar o exercício político do executivo, enquanto oposição, atuar como agente capaz de aperfeiçoar proposições do executivo, catalisar as insatisfações populares e, de certa forma, ajudar o executivo a errar menos e administrar melhor, criticando, apontando equívocos e incongruências, destacando as consequências de desacertos e denunciando erros e omissões. -----

----- Oposição competente, contribui para se alcançar o objetivo da ação política. Além disso, deve ser propositiva com a intenção de apresentar caminhos diferentes dos atuais para garantir maior eficiência do setor público e possibilitar o constante crescimento do concelho. -----

----- Defendendo o superior interesse dos nossos munícipes, assim contribuiremos para essência da democracia que hoje, aqui nos reúne. -----

----- Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva Alf Fé! Viva Portugal! -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- " Senhora Presidente da Câmara Municipal -----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

----- Digníssimas Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal -----

----- Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas e de União de Freguesia -----

----- Senhores Presidentes das Assembleias de Freguesia e de União de Freguesia -----

----- Demais Autarcas -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

----- Assinalamos neste dia festivo o quadragésimo-quarto aniversário do 25 de Abril, a revolução dos cravos, que, tranquilamente, oficializou o fim de uma ditadura já caduca, há muito desejado e que serviu para mostrar ao mundo como foi possível colocar um ponto final num regime odiado pela esmagadora maioria da população portuguesa. -----

----- Para a História, ficou o nome simbolizado por um gesto que perdura na memória colectiva de um povo ávido de liberdade. Um cravo vermelho enfiado no cano de uma espingarda G3, acabou por baptizar a transformação política ocorrida em Portugal com o nome de "Revolução dos Cravos". -----

----- Hoje, volvidos 44 anos desde que o Movimento da Forças Armadas restituiu aos portugueses a liberdade, podemos afirmar, sem quaisquer receios que valeu a pena e que, apesar de todas as dificuldades e sobressaltos enfrentados, Portugal ganhou dimensão além fronteiras, é parte integrante da União Europeia, deixando para trás a velha máxima salazarista do "orgulhosamente sós", que durante os longuíssimos quarenta e oito anos nos manteve de costas voltadas com o desenvolvimento e para o mundo. -----

----- Quarenta e quatro anos depois do dia 25 de Abril de 1974, continuamos a festejar a data que está presente na toponímia da esmagadora maioria das localidades portuguesas, sendo raríssimas aquelas em que não existe uma praça, uma rua ou uma avenida 25 de Abril, o que prova o carinho que os portugueses nutrem por tão importante marco histórico. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Depois da queda do ditador António Oliveira Salazar em 3 de Agosto de 1968, de uma cadeira no forte de Santo António da Barra, em S. João do Estoril, a decadência do regime ditatorial acentuou-se muito rapidamente e já com Marcello Caetano no comando de um país cansado da guerra colonial indesejada e a fracassar, o Estado Novo acabou por sucumbir, porque foi incapaz de contrariar a sede de mudança que se vivia, principalmente no seio de um sector mais esclarecido dos quadros das forças armadas que ficou eternizado como Movimento das Forças Armadas. -----

----- Foi o MFA quem deu o primeiro passo e deveu-se o sucesso da revolução, como é sabido, à rápida e fulgurante adesão do povo, ao sair à rua de forma espontânea e impetuosa, apoiando incondicionalmente o também denominado Movimento dos Capitães. -----

----- Na sequência da supra referida queda da cadeira no início de Agosto de 1968, depois de um período de doença incapacitante que durou quase dois anos, o ditador Salazar veio a falecer a 27 de Julho de 1970. -----

----- Foi a força da multidão e a tenacidade dos capitães de Abril, que não recuaram nos seus propósitos, que acabaram por colocar um ponto final no regime de Salazar e Caetano. -----

----- Um dos episódios mais decisivos da revolução aconteceu no Largo do Carmo, bem no coração da cidade de Lisboa, após pequena troca de tiros com agentes da PIDE/DGS e a rendição forçada do então chefe do Governo Marcello Caetano, o qual, depois de se render ao Capitão Salgueiro Maia, acabou por, entregar o poder nas mãos do então General António de Spínola, - que não fazia parte do MFA - para depois deixar o quartel do Carmo resguardado no interior de um carro blindado de combate, um chaimite, transportado depois até ao aeroporto, de onde viajou para a Madeira primeiro, e depois para o exílio no Brasil onde faleceu em 1980. -----

----- O MFA nomeou Presidente da República o General António de Spínola em 15 de Maio de 1974, ao mesmo tempo que os desígnios do país foram confiados à então criada Junta de Salvação Nacional, depois substituída pelo Conselho da Revolução. -----

----- Foram períodos de grande instabilidade, os que então se viveram, tendo ficado na memória de todos o denominado PREC (Processo Revolucionário em Curso), durante o qual eram quase constantes as grandes manifestações populares, as ocupações agrárias alentejanas, as nacionalizações, os governos provisórios e os confrontos militares “11 de Março”, “28 de Setembro” e “25 de Novembro”. -----

----- Com a Constituição de 1976 começou a fortalecer-se o regime democrático e com as primeiras eleições livres, legislativas e autárquicas, iniciou-se a sedimentação do regime democrático de acordo com os resultados eleitorais e a vontade dos eleitores. -----

----- Ao invés do que acontecia antes de 25 de Abril de 1974, Portugal é hoje, um país apetecível, virado para o futuro e visitado por milhões de turistas de todo o mundo. -----

----- Ao invés do que acontecia antes de 25 de Abril de 1974, sob a velha máxima salazarista do “orgulhosamente sós”, temos hoje um português como Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres e outro como Presidente do Eurogrupo, Mário Centeno. -----

----- Ao invés do que acontecia antes de 25 de Abril de 1974, Portugal é bem visto no mundo inteiro e todos nós devemos orgulhar-nos por sermos portugueses, respeitadores e respeitados no seio da comunidade internacional. -----

----- Vivemos hoje um período de retoma, depois dos quatro longos anos da presença da Troika, na sequência da solução governativa saída das eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015, sob a liderança de António Costa. -----

----- Doravante nada será como antes, pois, os portugueses já perceberam que quando votam nas legislativas escolhem deputados e não votam para escolher directamente o Primeiro-ministro. -----

----- Ultrapassado o período de permanente cepticismo de alguns, os bons resultados parecem querer sedimentar uma solução governativa apelidada de “geringonça” que funciona. -----

----- Portugal precisa de uma maior dinamização social e precisa de projectos de futuro que sirvam para combater severamente as desigualdades que teimam em persistir. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Esperemos que a tão falada descentralização seja bem conseguida para que de seguida possamos finalmente vir a alcançar a via da regionalização, porquanto, tal como a Constituição da República prevê, urge implementá-la. -----

----- Aproximam-se as eleições legislativas e as europeias e todos nós devemos estar empenhados em promovê-las, contribuindo para uma forte diminuição do abstencionismo, principal obstáculo do desenvolvimento do nosso regime democrático. -----

----- O mesmo empenho deveremos demonstrar nas próximas eleições autárquicas, as quais, por força do impedimento legal em se recandidatar a ainda Presidente da Câmara Dra. Berta Nunes, serão ainda mais disputadas que as anteriores, estando na hora - e já se vai sentindo alguma movimentação - de começar a preparar, com serenidade, as perspectivas eleitorais futuras, para que não se perca um só voto que seja, para que possamos continuar a ter à frente dos nossos destinos, autarcas com capacidade e vontade de vencer os desafios que se adivinham com a implementação da prometida e alinhavada descentralização. -----

----- Hoje, como sempre, empenhar-me-ei em contribuir para um futuro ainda mais próspero e solidário, e por isso, termino, dizendo que podem continuar a contar comigo, para colaborar no sempre dinâmico trabalho autárquico presente e futuro. -----

----- Viva o 25 de Abril! -----

----- Viva Alfândega da Fé! -----

----- Viva Portugal!!" -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou da palavra começando por colocar à consideração do Senhor Presidente da Mesa para colocar à votação uma moção dirigida ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, no sentido de não serem desviados dinheiros das regiões menos desenvolvidas, que a seguir se transcreve: -----

----- “ **PORTUGAL 2020 E SUA REPROGRAMAÇÃO** -----

----- A Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, reunida a 25 de abril de 2018, saúda a Assembleia da República pela aprovação da Resolução nº 1502/XIII/3ª. da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) sobre o Portugal 2020 e a sua reprogramação. -----

----- Com a aprovação da referida Resolução Parlamentar, a Assembleia da República veio recomendar ao Governo: ----

----- 1. Que no âmbito da reprogramação do Portugal 2020 não proceda à transferência de dotações dos Programas Operacionais das regiões menos desenvolvidas (regiões de convergência) para os Programas Operacionais das regiões desenvolvidas, assim como a não eliminação do Portugal 2020 a sua orientação para os resultados em benefício da mera execução, não se relevando o mérito dos Projetos; -----

----- 2. Que garanta que as dotações dos Programas Operacionais Regionais que sejam objecto de reprogramação, sejam utilizadas para reforçar medidas constantes desses mesmos Programas, evitando deste modo que sirvam para substituírem rubricas (prioridades de investimento) oriundas dos Programas Operacionais Temáticos. -----

----- 3. Que garanta que as medidas constantes dos Programas Operacionais Temáticos, objecto de reprogramação, especialmente do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), conservem a sua abrangência territorial, de forma a manterem-se os mesmos critérios de repartição nacional presentemente estabelecidos, bem como a lógica concursal que preside à sua aplicação. -----

----- A presente moção, após aprovação, deverá ser enviada ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como a todos os Grupos Parlamentares.” -----

----- Colocada à votação, a Moção apresentada foi aprovada, por unanimidade, dos vinte e cinco Deputados presentes.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- De seguida, o Senhor Deputado Gabriel Martins, referiu que ficaram muito contentes por verem o anúncio das “Varandas de Trás-os-Montes”, congratulam-se com o avançar da obra, ou pelo menos, com todos os registos que já assistiram para o progresso da obra. Só que, disse, no desenvolvimento deste processo, ficou com alguma dúvida, pelo que gostaria de colocar aqui uma questão ao Senhor Presidente da Câmara em substituição, ou seja, sempre se apontou que esta obra ia trazer para Alfândega da Fé bons benefícios, que também o pretendem. No entanto, não acompanhou muito bem o processo, o que lhe levou a ficar na dúvida se foi convidado algum construtor civil para concorrer à obra, com sede em Alfândega da Fé, ou seja, um construtor civil paga IMI e IVA em Alfândega da Fé, se alguns destes conterrâneos tiveram o direito de ser convidado para contribuir para a construção e, ao mesmo tempo, esta construção trazer riqueza a um natural de Alfândega da Fé. O Senhor Presidente da Câmara substituto, Eduardo Tavares, respondendo à questão colocada pelo Senhor Deputado Gabriel Martins, referiu que foi lançada a primeira pedra, foi uma operação de início de investimento de que têm vindo a falar no Hotel & SPA de Alfândega da Fé, que o Dr. Jorge Morais e a Alfandegatur estão a fazer para dinamizar o Hotel & SPA e para trabalhar a diáspora, especialmente no Brasil, uma vez que o Brasil é um país que tem muitas gerações de portugueses, especialmente de transmontanos, aliás, a Senhora Presidente não está presente porque está em representação do Município nesse país, a defender este projecto e o investimento no nosso Concelho. Relativamente à questão propriamente dita, sempre foi preocupação do Executivo defender junto deste empresário, que agora é detentor da maioria do capital social da Alfandegatur, que desse preferência quer aos trabalhadores, quer aos fornecedores locais. Ele assim o tem feito, referiu, na maioria dos casos em termos de recrutamento de pessoal e de fornecedores, excepto a algumas situações que cabem a ele ter a decisão final, até porque o Município já não tem grande palavra a dizer a não ser apoiar institucionalmente o projecto, que é do Concelho, que é da nossa terra. Quanto à questão do empreiteiro foi justificado ao Executivo, que ele teria uma parceria com o empreiteiro J.C.Caldeira, de Freixo de Espada-a-Cinta. É um empresário que trabalha também com o Dr. Jorge Morais na Rota do Azeite, uma vez que é produtor de vinhos e ele representa esses vinhos no Brasil, aliás, ele escoia toda a produção desse empreiteiro, são privados, a Câmara alerta, pediu, e dentro do possível têm sentido que ele tem beneficiado o Concelho de Alfândega da Fé, mas depois há algumas barreiras que a Câmara não deve ultrapassar, são questões de privados, eles têm que fazer essa decisão. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Orlando Borges, começando por referir que como vem sendo hábito a Câmara Municipal vai ganhando prémios no Índice de Transparência Municipal, continua em primeiro lugar, sabe que algumas pessoas mostram algum incómodo com isso, mas acha que se deve dar os parabéns ao Executivo por isso e, antes de mais, dar os parabéns aos funcionários, porque são eles que fazem esse trabalho e que merecem esse prémio, que deixa a todos muito satisfeitos. Continuando, disse querer dar os parabéns a Executivo por já ter o parecer favorável da Barragem que vai regar o planalto de Vilarchão/Parada, os parabéns também para as pessoas dessas duas localidades. Referiu, depois, que é um investimento do poder central, mas não é o poder central que se lembra de fazer um regadio é Alfândega, isso foi um trabalho do Executivo, que se calhar já se anda a trabalhar nisso há mais de dez anos e é um sonho daquela população há mais de quarenta anos, como o próprio Presidente da Junta de Freguesia de Vilarchão disse numa entrevista, mas o que é certo é que foi o Executivo que foi captar esse investimento. É preciso fazer esse trabalho e as coisas não caem do céu. Portanto, referiu, é um investimento entre Vilarchão/Parada, o regadio da Camba e da Barragem da Esteveinha, que significa um investimento de vinte milhões de euros, que contraria aquilo que aqui foi dito, que o Governo não olha para o interior, o que não é bem verdade, pois se calhar, na área do regadio no Distrito e se calhar no Norte, é no Concelho de Alfândega da Fé, que é um Concelho do interior, por isso dá os parabéns ao Executivo por esse trabalho. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 20/04/2018, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- Na ausência da Senhora Presidente da Câmara, usou da palavra, na qualidade de substituto legal, o Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, começando por referir que neste ponto é presente a habitual informação da Senhora Presidente do Executivo sobre a actividade do Município, que é uma informação bastante detalhada, por sectores de actividade, quer na parte cultural, com toda a agenda, todos os eventos que se promoveram no Município, uma alusão também à actividade em termos de obras, licenciamento da Divisão de Urbanismo, ao nível da Divisão Administrativa e Financeira com a indicação de dados sobre a execução orçamental já no presente ano e também sobre a actividade do Município na área social, sublinhando que é um documento bastante extenso, colocando-se de seguida à disposição para responder a alguma questão que venha a ser colocada. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, aproveitou a oportunidade para dar mais algumas informações e pôr a par todos os membros do plano estratégico de regadio que se tem vindo a trabalhar no Concelho, para que todos percebam o ponto da situação de cada projecto e tenham alguns dados, passando depois a explicar a situação de cada um deles. Começou por falar no projecto da Barragem da Esteveinha que complementa a requalificação que foi feita há quatro ou cinco anos da rede de rega, que tem a ver com a requalificação de toda a bacia hidrográfica da Barragem da Esteveinha, que como todos sabem esta barragem não tem uma bacia hidrográfica natural, ela é artificial, composta por diques e por canais transvases que transportam a água até à barragem, sendo que este sistema tinha e tem actualmente algumas deficiências, algumas limitações e pelo trabalho do Executivo, a pressão feita junto da DGADRE foi feita uma candidatura há cerca de dois ou três anos que foi aprovada e já está em execução, é um investimento de um milhão e duzentos mil euros e a obra já começou no presente mês de abril, pois o empreiteiro já está no terreno, e que vai fazer com que se venha a ter um sistema novo, com novos diques, alteados, com novas condutas com maior capacidade de transporte de água, que vai permitir melhorar bastante o enchimento de água na Barragem da Esteveinha. Outro projecto em curso que é a requalificação da rede de rega da Camba, um investimento de cerca de sete milhões de euros que já está prestes a iniciar, já foi feita a entrega da obra ao empreiteiro e assinado o respectivo "visto prévio", para se poder durante o mês de junho, iniciar essa obra também muito importante, que consiste na requalificação de toda a rede de rega das aldeias de Valpereiro, Agrobom e Saldonha e também a substituição integral da adutora primária da Barragem da Camba até à ETA. Depois, referindo-se ao regadio Vilarchão/Parada, que criará mais 500 hectares de regadio no Concelho, informou que o projecto já tem parecer favorável, o que não foi nada fácil obter, pois as pressões são muitas e não fosse o trabalho feito pelo Município nos últimos quatro ou cinco anos, mas o Executivo andou à frente, fizeram-se os competentes estudos prévios, estudos liminares dos solos, estudo de impacte ambiental para a barragem e está-se a falar num investimento de 14,5 milhões de euros, que abrange a construção de uma nova barragem, a construção de adutoras de Valpereiro até Vilarchão e uma rede de rega de quinhentos hectares. Esse projecto está com parecer favorável, falta agora receber o termo de aceitação, que é o contrato e depois preparar o projecto de execução, no qual já se está a trabalhar, já está a ser feito com o apoio da Associação de Municípios da Terra Quente o levantamento topográfico de toda aquela zona e logo que haja a certeza de ter esse termo de aceitação, começar-se-á a preparar o projecto que depois será utilizado para fazer o concurso dessa empreitada. Continuando, referiu que o Executivo já está também a trabalhar, tendo reunido há pouco tempo, com a Câmara de Vila Flor, a DGADRE e a Associação dos Beneficiários do Vale da Vilarça, para melhorar o regadio na zona norte do Vale da Vilarça, no sub-bloco da Burga e neste sistema está-se a estudar a possibilidade de se fazer uma nova Barragem, desta vez no lado do Concelho de Alfândega, nos Vilares da Vilarça, na linha de água da Ribeira do Cerejal, com dois objectivos, criar um maior volume de armazenamento de água no Vale da Vilarça para regar as crescentes plantações que estão a acontecer nesse Vale, mas também criar mais área de rega no Concelho, nomeadamente, nos Vilares da Vilarça. Já foi iniciado o estudo dessa zona e seguir-se-á depois o projecto de execução e o estudo de impacte ambiental. O Senhor Vice-Presidente referiu, depois, que já está também a ser preparado um estudo

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

preliminar sobre o regadio da zona da Serra de Bornes, estando atentos às várias possibilidades que existem naquela zona, entre Sambade e Gebelim, o Executivo ainda não está satisfeito, está a trabalhar para o futuro para ver outras possibilidades, pretende-se continuar a reforçar Sambade, quer-se olhar para o regadio dos soutos de Sambade, Soeima e Gebelim, sem esquecer também que o Executivo já fez em novembro do ano passado, um pedido formal à DGADRE, já com uma planta trabalhada, com o cadastro feito no terreno, para criar um pequeno perímetro de rega na aldeia de Santa Justa, para fazer assim justiça com aqueles agricultores que ficaram com uma barragem muito perto da aldeia, que lhes passa a água ali à frente, mas que não podem regar porque não têm perímetro de rega, aguardando-se resposta da Autoridade Nacional de Regadio. -----

----- Posteriormente, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referindo-se à ajuda dada aos agricultores, nomeadamente, aos produtores pecuários de ovinos e caprinos, referiu que na sequência do pedido feito na última sessão da Assembleia para dar esse apoio, foi decidido em reunião de câmara dar um apoio a estes criadores, um apoio que discriminou positivamente os que menos têm, que têm menos posses, os que tinham mais dependências de áreas, os que não tinham regadio para poder alimentar os animais, os que tinham raças autóctones, que efectivamente, como todos sabem, são mais difíceis de criar. Neste apoio, disse, que ainda está em curso, mas que não haverá muitos mais apoios a dar, do universo de cento e trinta produtores de ovinos e caprinos, foram apoiados oitenta e dois, ou seja, ficaram de fora quarenta e oito, porque não o requereram e eles foram todos contactados e foram distribuídos novecentos e catorze sacos de ração, que se traduziu num investimento total de cerca de dez mil euros. -----

----- Por último, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, deu os parabéns a todos os funcionários do Município, porque isso deve-se a eles, pois de facto o Município continua pelo quarto ano consecutivo, no primeiro lugar do Índice de Transparência, a nível nacional, o que é bom, vale o que vale, para uns pode valer pouco, mas para o Executivo vale muito porque representa o trabalho feito e também é bom que Alfândega da Fé, que os pequenos Municípios do interior, também apareçam neste ranking à frente. -----

2) LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2012 – ARTº 15º - DECLARAÇÕES 2017

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra começando por referir que se trata de declarações que decorrem da Lei e que é obrigatório apresentar juntamente com o Relatório de Gestão e Contas, neste caso referente a 2017. Disse tratar-se de uma declaração relativamente aos compromissos plurianuais, em que a Senhora Presidente da Câmara declara que esses compromissos estão devidamente registados na contabilidade, é uma declaração dos pagamentos em atraso, que como toda a gente sabe, o Município não tem pagamentos em atraso e também uma declaração dos recebimentos em atraso. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento das referidas declarações. -----

3) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO PARA 2018 - ADITAMENTO;

----- Sobre o assunto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referindo que veio à Assembleia Municipal a Estrutura Orgânica para 2018 e, efectivamente, deu-se conta da necessidade de criar mais três sub-unidades orgânicas, nomeadamente, três secções, duas na Divisão Administrativa e Financeira e uma na Divisão Económica e Social, passando assim de nove secções para doze secções. -----

----- De seguida, interveio o Senhor Deputado Gabriel Martins, começando por dizer que apenas em três meses se confrontaram com três modelos da Estrutura Orgânica do Município, ou seja, há três meses havia apenas seis coordenadores técnicos, no mês seguinte alterou-se para nove coordenadores técnicos e agora, neste espaço tão curto, o Executivo está a propor doze coordenadores técnicos, ou seja, num curto espaço de tempo, sem que apareça uma justificação, vê-se uma alteração muito rápida, ficando-se assim com a ideia que o rigor técnico do estudo das necessidades está um bocadinho posto em causa. Porque o acréscimo desta despesa pode ter ainda alguns reflexos no comprometimento do Orçamento na parte que tem a ver com o PAM e afigura-se-lhe que isto surge muito em cima do joelho, pelo que gostaria que fosse explicada esta rapidez com que se passa de seis para doze coordenadores técnicos. O Senhor Vi-Presidente da Câmara, respondendo à questão, disse que tal como afirmou o Senhor Deputado são

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

confrontados com algumas alterações, o que é verdade. Disse que é certo também que foi possibilitado à Câmara resolver a situação de muitos trabalhadores do Município que estavam com vínculo precário, pois o Governo no ano anterior lançou um Decreto-Lei que possibilitou às Câmaras resolver a situação destes trabalhadores, efectivamente desde essa data começou-se a fazer um levantamento sobre os funcionários que trabalharam no Município que teriam condições e que esses postos de trabalho que teriam que ser de facto sanados desta forma e efectivamente essa questão levou a fazer essas alterações porque vamos ter entrada de muita gente ao longo deste ano através deste mecanismo da regularização extraordinária dos postos precários e da parte do Executivo houve também a vontade de fazer um ajustamento nos coordenadores técnicos e decidiu-se aumentar o seu número para doze, sendo que esta decisão não fará certamente com que não se cumpram as metas orçamentais e os objectivos com que tem sido feito até agora, irreprensivelmente. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com catorze votos a favor, zero abstenções e onze votos contra dos Senhores Deputados António Serra; Gabriel Martins; Susana Guerra; Bruno Rachado; Luís Mascarenhas; António Pacheco; Rui Araújo; Carlos Pousada; Hélder Pires; André Monteiro e António Emílio Herdeiro, aprovar a proposta de alteração à Estrutura Orgânica do Município para 2018. -----

4) RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO DE 2017, DE ACORDO COM DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA L), DO ARTº 25º CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTº 27, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO);

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra começando por dizer que todos devem estar satisfeitos com este relatório de gestão sobre a nossa actividade financeira, foi mais um ano em que o Executivo cumpriu em toda a linha as metas orçamentais, os compromisso com o programa de ajustamento municipal, com o FAM, cumpriu-se a redução de 10% relativamente ao endividamento líquido do Município, cerca de quase um milhão de euros, não há pagamentos em atraso e passou-se o ano sem qualquer dívida a curto prazo, sem qualquer dívida a fornecedores, o prazo médio de pagamento é de um dia e isto tudo conseguido num ano difícil, num ano de eleições autárquicas, que como todos sabem as tensões são muitas, mas de facto, o zelo do Executivo pela gestão e pelo cumprimento das responsabilidades e mesmo assim neste ano foi feita uma amortização excepcional no empréstimo feito no FAM de quatrocentos mil euros. Por isso, são aspetos muito importantes que destaca aqui e se repararem mesmo na certificação legal de contas, o Revisor Oficial de Contas realça também o aspeto de se ter ido para além daquilo que está no programa de ajustamento municipal em termos de redução do endividamento, colocando-se depois ao dispor para responder a algumas questões que os senhores Deputados pretendam colocar. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Pousado, fazendo a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- *“Quando falamos de relatório e contas, falamos obrigatoriamente e principalmente de duas demonstrações: O Balanço e a DR. Claro está que temos depois alguns indicadores, alguns rácios, etc. -----*

----- *No que concerne ao Balanço, e sem querer ser muito maçador, porque podíamos aqui falar conta a conta, abordo apenas 2 ou 3 situações, numa perspectiva construtiva. -----*

----- *Pegamos então na dívida do Município a 31/12/2017. O Município devia quase 18 milhões (17.751.665,11€ adstritos a dívidas a terceiros MLP e 171.703,08€ adstritos a dívidas a terceiros de curto prazo, o que perfaz um total de 17.923.368,19€). -----*

----- *Quando se diz que o Município reduziu a dívida, é verdade! Claro está que quando se reduz a dívida só podemos registar que esse facto é positivo! Acabei de dizer que é positivo mas digo de seguida que é uma redução muito tímida para investimento tão reduzido! -----*

----- *Ao abrigo daquilo que a nossa bancada já frisou por diversas vezes, a este passo vamos continuar sob os condicionalismos do FAM (Fundo de Apoio Municipal), por muitos anos, com todos os constrangimentos que daí advêm, nomeadamente as taxas a que os alfandeguenses estão sujeitos. -----*

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Também já se constatou nesta digníssima Assembleia, que existem concelhos vizinhos (por uma questão de elegância não importa frisar nomes) que nos mostram que é possível reduzir dívida a outro ritmo bem mais acelerado. -----

----- Imaginem que inicio agora viagem para Lisboa. Se dentro de 8 h vos contactar e vos disser que estou no Túnel da Gardunha, os senhores dir-me-ão. Ok, está mais próximo de Lisboa, mas convenhamos, 8 horas depois já tinha que estar em Lisboa. -----

----- Então a pergunta que aqui se impõem é a seguinte: Então como é que depois de tantos anos, o Município fecha contas ainda com cerca de 18 milhões de dívida? -----

----- A minha resposta é a seguinte. Porque este executivo não reduziu a dívida, por ex. de 2012/13, 2013/2014, pelo contrário, basta ver os relatórios e contas desses anos (período que coincidiu com o empréstimo PAEL e plano de ajustamento financeiro), e nos anos de redução apresenta reduções tímidas. São estas as duas explicações! -----

----- Pese embora esteja bem explicado no relatório, dizer também que o Município não está a reduzir 10% da dívida de ano para ano! O Município reduz 10%, isso sim, do excesso de endividamento. -----

----- Senão vejamos, falando apenas do MLP a redução de dívida foi de 4,65% (867.759,33 €). Uma vez que iniciamos o ano de 2017 com cerca de 18 milhões e 600 mil de dívida de MLP, 10% seria 1.860.000,00€. -----

----- Como o limite da dívida total era de 10.420.629,48€ significava que no início do ano tínhamos um valor em excesso de cerca de 8.200.000,00€ e é deste valor que temos que reduzir os tais 10%. O Município estava então obrigado a reduzir 820.012,93€ e conseguiu. -----

----- Aliás, era o que mais faltava o Município não diminuir a dívida MLP. O Município é uma pessoa colectiva de bem! --

----- Não reduzir significaria deixar de dar resposta aos compromissos com a Banca, deixar de pagar os empréstimos. Claro está que o Município vai continuar a dar essa resposta. -----

----- Imaginem que alguém do digníssimo público contrai um empréstimo de 100 mil€, junto da banca. Quando pagam a prestação mensal estão a reduzir a dívida. A prestação é diluída em amortização de capital e juros. A amortização reduz a dívida (balanço), o pagamento de juros vai ser retratado na demonstração de resultados. -----

----- Ainda em relação ao Balanço. Integro esta digníssima assembleia desde finais de 2013. Recordo que o total do activo rondava na altura, os 40 milhões. O Município encerra contas em 2017 com um activo que ultrapassa os 64 milhões. Com obra reduzida deste executivo, podemos perguntar como é isso possível? -----

----- Em grande parte, graças ao trabalho de executivos anteriores. O actual executivo, e muito bem em termos contabilísticos, procedeu em muitos casos à inventariação, o que permitiu melhorar a fotografia do balanço e introduzir milhões no activo, sem fazer obra! Podia apresentar vários exemplos que evidenciam isso mesmo, caso da rubrica bens de domínio público e da rubrica de investimentos financeiros que sofreram alterações enormes, mas seria maçador. -----

----- Recuando ainda mais, recordo por exemplo a actualização da barragem da camba, conforme valor patrimonial atribuído pela AT no montante de 30.001.410,00€ que melhorou em muito o retrato do activo. Neste caso falamos de uma reavaliação. Recordo que esta reavaliação do VP está refletida nas contas de 2016- "Bens de domínio público" que passam de cerca de 16 milhões para 42 milhões. -----

----- Em relação à Demonstração de Resultados -----

----- De forma resumida, o que eu peço ao Actual Executivo e sei que vão atender ao meu pedido, é consideração pela DR. Não podemos subestimar a DR: Uma vez mais, o Município apresenta desequilíbrio ao nível do desempenho económico. Uma vez mais apresenta um RLE negativo (-155.467,49€). Não adianta dizer que é um tema secundário, porque não é. -----

----- Tal como uma casa tem como base os alicerces, o relatório e contas tem como base, o balanço e a DR. É importantíssimo ajustar a estrutura de exploração com o intuito do seu equilíbrio! -----

----- Recordo que vejo muitas vezes na imprensa escrita, a câmara x reduziu a dívida/passivo em y e apresentou um RLE positivo de z. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- No caso de Alfândega, nos últimos 4 anos (2017/2014), apresentam-se 3 RLE negativos. 2017 negativo 155.467,49 // 2016 negativo 387.751,59€ // 2015 positivo // 2014 negativo 554.269,25€ -----

----- Claro está que depois, fruto da transferência por via da conta 59 – “Resultados Transitados”, estamos pois a influenciar de forma negativa outra das rubricas do Balanço, os “Fundos Próprios”. -----

----- Certamente estão recordados do exemplo da ida a Lisboa! -----

----- Em 2018 já tínhamos que estar em Lisboa! Sabem porquê? -----

----- Porque as Freguesias merecem! -----

----- Porque Alfândega e os Alfandeguenses merecem!” -----

----- De seguida interveio o Deputado Diamantino Mário Lopes, chamando à atenção de que aquilo que está aqui em causa não é a velocidade com que se reduz a dívida, mas o que está em causa foi a velocidade com que se criou a dívida e que quem a criou foi a Câmara PSD/CDS-PP, e como tal não podem vir para aqui a exigir que rapidamente se resolva o problema da dívida, pois quem o criou foi o PSD/CDS-PP e agora têm que esperar que ela vá sendo reduzida e está a ser reduzida, por isso, a responsabilidade pelos impostos que todos os municípios pagam é do PSD, não é do PS por não reduzir a dívida à velocidade que quer, o PSD é que criou a dívida. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Pousado disse que por uma questão de elegância não traz para aqui a questão da Misericórdia, mas não é num ano nem há dois nem há três que apresenta resultados positivos, é há mais. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado Carlos Pousado, disse em relação ao balanço que o Executivo nunca escondeu que veio para a Câmara Municipal para equilibrar as contas, para cumprir com essas responsabilidades, mas que nunca iriam abdicar do futuro, de se fazer investimento. No passado, o aumento da dívida durante oito anos, foi de cerca de dois milhões por ano. Passou-se de cerca de três milhões de euros em 2001, para cerca de vinte milhões de euros para 2009, o que não foi da responsabilidade deste Executivo. Este Executivo, disse, encontrou uma situação caótica, quer na Câmara, quer nas empresas municipais, onde não se pagavam empréstimos quase há um ano, não se cumpriam essas responsabilidades básicas e elementares. O actual Executivo teve que lidar, em oito anos, com a redução de receitas do Estado, que ascendem a mais de quatro milhões de euros. Durante estes oito anos, para além de cumprir as metas orçamentais, foi feito todo o investimento que esteve disponível para o Município de Alfândega da Fé nos Quadros Comunitários, não desperdiçando um euro, pelo que não diz que não há investimento, quando o Executivo aproveitou tudo o que havia. -----

----- De seguida o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, pediu à Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr^a Carla Victor, para prestar alguns esclarecimentos relativamente à demonstração de resultados, designadamente quanto à questão do desequilíbrio orçamental e também da redução efectiva da dívida. A Senhora Chefe da Divisão começou por dizer que relativamente à demonstração de resultados tem-se vindo a melhorar o resultado líquido, mas o resultado líquido negativo prende-se principalmente pelas regularizações que têm vindo a ser feitas durante estes anos todos, nomeadamente, o registo de subsídios que eram registados no ato do recebimento e, de acordo com as instruções do ROC, eles têm que ser diferidos no tempo. Em relação à dívida, efectivamente, foi reduzido o endividamento líquido, que é diferente da redução da dívida. A nossa redução de endividamento líquido foi de €10,00. A nossa dívida foi reduzida em mais de 800.000 euros. São aspectos diferentes. Estamos obrigados a reduzir o endividamento líquido em 10% e cumpriu-se essa redução este ano. -----

----- Posteriormente, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo-se à questão do inventário levantada pelo Senhor Deputado Carlos Pousado, disse que o inventário aumentou porque o Executivo está a fazer aquilo que decorre da lei e as indicações do Revisor Oficial de Contas e também o trabalho que não foi feito no passado. -----

----- De seguida, o Senhor Deputado Carlos Pousado, em relação à redução da dívida, referiu que vai de encontro àquilo que já tinham dito, que está no relatório, não estamos a falar da redução total da dívida, estamos a falar da redução de 10% do excesso de endividamento. O exemplo que foi dado da demonstração de resultados, foi falado nas amortizações, que até reduziram mais de 29.000 euros de 2016 para 2017, o que não é um bom exemplo, há outros

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

exemplos melhores, até porque as amortizações de 2016 para 2017 reduziram cerca de 30.000 euros, pelo que então teria que melhorar o resultado líquido do exercício. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou da palavra começando por referir que se levantou aqui a questão da Santa Casa, dizendo que se a Santa Casa tivesse metade das ajudas da parte da Câmara que têm os Bombeiros, naturalmente não se colocava aqui esta questão. Como resposta ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, em relação à dívida e ao passado, há aqui uma casse utilizada pelo Álvaro Cunhal, "sempre da mesma coisa". Todos sabem quem deixou a dívida e todos sabem que essa gestão da dívida já foi sancionada em eleições e já ninguém está cá. Nós temos obrigação em resolvê-la, disse. Referiu que não compreende porque o PS está sempre a levantar a questão da dívida se quando concorreram às eleições sabiam que ela existia e deviam estar preparados para a resolver já que se candidataram, e daqui a quatro anos, quando o PSD fôr Câmara, vão ter uma dívida muito maior, com esta gestão apresentada. Continuando, disse, foi explicado aqui ao Senhor Vice-Presidente, pelo Dr. Carlos Pousado, que apenas se está a pagar o excesso da dívida, não se está a pagar a dívida. Mas o grupo que representa sabe porquê, citando dois casos: em relação aos apoios sociais, na rubrica de apoio à reabilitação de edifícios a pessoas carenciadas, tivemos uma transferência para essa rubrica até 31 de dezembro de 2016 de um apoio de 26.570 euros e em 2017, ano de eleições, passou para 102.495,99 euros, ou seja, há aqui um aumento de mais de 386%; a outra questão, protocolos de transferência de capital para as Juntas de Freguesia, em 2016, nessa rubrica, 21.181 euros, em 2017, ano de eleições, e para as Juntas PS, caíram 22.685 euros, ou seja, um aumento de 1022%. Em sua opinião são estes desvios que levam a identificar uma gestão que não passa do abatimento da diferença da dívida, não da dívida. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, interveio, dizendo que os bombeiros, a todos os níveis dão cartas no distrito, no país e ao nível do Concelho e não é com as ajudas, os Bombeiros não têm ajudas infelizmente. Não tiveram ajudas no tempo do ex-presidente, Dr. João Carlos e não têm ajudas agora. O que os Bombeiros têm são protocolos e os protocolos prevêm que os Operadores Central, em resultado de um protocolo que foi celebrado ao nível do país sejam pagos pelas Câmaras Municipais e os homens da EIP sejam pagos em 50% pelas Câmaras Municipais e 50% pelo Governo Central. Continuando, disse, estas são as ajudas que os Bombeiros têm, ou seja, o pagamento de um serviço. Os Bombeiros prestam um serviço e é-lhes pago esse serviço, não têm tido mais ajudas nenhuma, a não ser pontualmente algum caso muito particular como é a aquisição de uma viatura ou coisa parecida. O Senhor Deputado Diamantino Mário Soeiro Lopes disse, depois, que já é da sua responsabilidade e da sua equipa a aquisição de todas as viaturas que estão naquele Corpo de Bombeiros, portanto não andam ali a dormir e nunca tiveram prejuízo. -----

----- De seguida, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, dirigindo-se ao Senhor Deputado Gabriel Martins, referiu que de facto a Câmara apoiou um pouco mais e foi um bocadinho mais longe para apoiar as famílias carenciadas. Felizmente a Câmara recebeu uma receita extraordinária e agarrou-se em parte a esse dinheiro e apoiou-se quem mais precisava. Mas também fez mais, fizeram um apoio de forma generalizada a várias Juntas de Freguesia. Investiram nas pessoas e nas Juntas. Mas fizeram mais ainda, fizeram uma amortização extraordinária do empréstimo do FAM no valor de quatrocentos mil euros. Referiu, depois, que já o disse e não o voltará a repetir, este Executivo vai pagar a dívida, vai assumir os compromissos, mas vai continuar a fazer investimento. No que respeita à última questão, o Senhor Deputado Gabriel Martins sabe a resposta como é óbvio. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto quatro à votação dos vinte e cinco Deputados presentes, tendo sido deliberado, por maioria, com quinze votos a favor, zero votos contra e dez abstenções, dos Senhores Deputados António Serra, Gabriel Martins, Susana Guerra, Bruno Rachado, Luís Miguel Mascarenhas, António Pacheco, Rui Araújo, Carlos Pousado, Hélder Pires e André Monteiro, aprovar o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2017. -----

5) APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO REFERENTE AO ANO DE 2017, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA L), DO ARTº 25º CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTº 27, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO);

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, disse tratar-se de um documento obrigatório, que tem que vir à parte, embora faça parte do Relatório de Gestão e Contas e está presente para apreciação. -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido documento. -----

6) MONITORIZAÇÃO DO PAM DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM) A 31/12/2017;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por referir que este relatório de monitorização é obrigatório vir à Assembleia Municipal trimestralmente, realçando de seguida o valor de 10%, face ao que está previsto no PAM foram superadas as expectativas, sublinhando a amortização extraordinária no empréstimo deste mecanismo financeiro. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório supra mencionado. -----

7) 2ª PROPOSTA DE ALTERAÇÃO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018;

----- Sobre o assunto o Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, referiu que este Mapa de Pessoal já teve uma primeira alteração aprovada na última sessão da Assembleia Municipal e que em reunião de Câmara de 27 de março foram aprovadas as necessidades relativamente a reposição extraordinária dos vínculos precários e nesse mesmo mapa de pessoal já tinham sido criados trinta e três lugares para alocar essas necessidades. Entretanto, disse, na tal reunião de Câmara foram declarados quarenta e três postos de trabalho, ou seja, há necessidade de prover mais nove postos de trabalho, o que leva à necessidade de fazer uma nova alteração ao Mapa de Pessoal para satisfazer a declaração feita pela Câmara Municipal que aprovou a necessidade de regularizar quarenta e três postos de trabalho. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins, começando por referir que já anteriormente a bancada a que pertence manifestou-se a favor desta admissão para resolver a questão da precariedade. No entanto, na altura ficou com a ideia que o conceito de funcionário precário é alguém com trabalho realizado para a autarquia, ou seja, não se está a fazer uma admissão do exterior, ou seja, é uma espécie de concurso interno. O que é curioso é que na documentação enviada viu alguma urgência em admitir um fisioterapeuta. Assim, para além da necessidade urgente, que estará fundamentada, pergunta se já existe alguém com vínculo precário, ligado ao Município para ocupar esse lugar. O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu dizendo que sim. Explicou que a ULS e o Município fizeram um protocolo de colaboração relativamente a várias matérias e uma delas tem a ver com a colocação de técnicos em algumas áreas estratégicas que promovam os cuidados de saúde da nossa população, nomeadamente a população idosa, com mais dificuldades no Centro de Saúde e nesse âmbito foi feito um vínculo precário com uma fisioterapeuta, que não esteve no Centro de Saúde por pedido expresso da ULS para que ela pudesse integrar no âmbito desse protocolo de colaboração, o serviço de fisioterapia em Macedo de Cavaleiros, uma vez que tiveram algumas baixas nesse serviço e tinham uma lista enorme de espera e o Município acedeu a que esse técnico temporariamente, tivesse ficado nesse serviço a prestar um serviço público no âmbito desse protocolo de colaboração. -----

----- Não se registando mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e quatro votos a favor, e uma abstenção do Senhor Deputado António Emílio Herdeiro. -----

8) PROPOSTA DA 2ª ALTERAÇÃO AO ORGANOGRAMA E REGULAMENTO INTERNO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, começou por referir que este ponto vem no seguimento do ponto número três, explicando que depois de se ter aprovado a proposta de alteração da estrutura orgânica, há necessidade de alterar o organograma da Câmara e foi feita também nesta proposta uma actualização do Regulamento Interno do Município de Alfândega da Fé. Desta forma, vai-se ajustar o organograma às novas sub-unidades orgânicas que foram criadas e feoi feito também um ajustamento ao Regulamento Interno dos Serviços do Município relativamente a alguns artigos, nomeadamente, à estrutura hierárquica que teve que ser actualizada, o artigo 7º, também a algum

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

nomenclatura para adaptar a esta nova estrutura, no caso concreto aos artigos 24, 25 e 37 e também no artigo 13º que se refere à área e requisitos, que tem a ver com a questão do tempo de experiência que as unidades orgânicas têm que ter, sendo que na lei está bem expresso que são os Chefes de Divisão e os Diretores de Departamento, de 2º e 1º grau, respectivamente, para os quais a lei define tempos de experiência obrigatórios, no caso dos Diretores de Departamento, seis anos, e os Chefes de Divisão, quatro anos, tendo sido decidido, no que respeita aos dirigentes de 3º grau, não colocar no regulamento nenhum tempo de experiência, para os dois lugares que foram criados. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins, começando por referir que relativamente ao artigo 13º que se pode estar com algum confronto de legalidade, porque os regulamentos municipais são assentes numa espécie de lei quadro e têm que obedecer às regras legais. Continuando, disse que com esta alteração, foi retirado do artº 13º um pequeno texto que referia que para dirigente de 3º grau teria que se ter três anos de experiência. Assim vai-se passar a ter pessoas com responsabilidade sem qualquer experiência, podendo isto no seu entender, ser uma incapacidade legal, pelo que o assunto deve ser estudado porque juridicamente, não sabe se isso será viável e, a não ser, será impugnado na hora certa e no local certo. Mas, disse, ainda há aqui uma questão que é substancialmente política, pois no caso concreto, sabem que um funcionário da Câmara, a quem é pedido as sugestões de alteração aos regulamento, que faz todos os projectos de regulamentos, que como todos sabem, é o candidato e o único candidato a um lugar daqueles, ao deixar de haver o requisito de três anos de experiência, o que leva a pensar que se está a fazer um regulamento para uma determinada pessoa. Relembrando Pompeia, a mulher de César referiu “não é preciso ser justo, também é preciso parecer-lo”. Assim, disse, para além da eventual ilegalidade deve-se fugir a estas questões que nos conotam. Disse, que não se lhe afigura que seja legal estar-se a fazer uma alteração de diminuição de tempo, pelo contrário, só seria legal se fosse aumentado, porque restringir é ilegal, aconselhando a pensar melhor no assunto. O Senhor Vice-Presidente da Câmara interveio dizendo que esta situação foi acautelada, que esta informação é da responsabilidade da Chefe da Divisão da área Administrativa e Financeira, Drª Carla Victor e, efectivamente, a lei define períodos de experiência para os Chefe de Divisão de 1º grau e 2º grau, não define para o 3º grau, e o Executivo está descansado quanto a essa matéria, não vai pessoalizar aqui esta questão e os Senhores Deputados do PSD/CDS-PP são livres e devem fazer esse escrutínio e pedirem os pareceres que entenderem. A Senhora Chefe da DAF, Drª Carla Victor, disse que aquilo que a lei refere a nível de recrutamentos do 3º grau é que é a Assembleia Municipal que define esses requisitos mediante proposta da Câmara e que a Câmara está a propor que os requisitos sejam os mencionados no artº 13º. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o esclarecimento e sublinhou que assim sendo e não havendo exigência legal para que nesta situação de lugares de 3º grau tivesse que ser exigível a experiência de três anos, é uma opção política do Executivo, a Assembleia tem a competência para aprovar ou não aprovar, pelo que vai colocar este ponto à votação. -----

----- Não se registando mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto oito à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com catorze a favor, uma abstenção do Senhor Deputado António Emílio Herdeiro e dez votos contra dos Senhores Deputados António Serra, Gabriel Martins, Susana Guerra, Bruno Rachado, Luís Mascarenhas, António Pacheco, Rui Araújo, Carlos Pousada, Hélder Pires e André Monteiro, aprovar a proposta em epígrafe. -----

9) ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGANÇA;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que esta questão é recorrente e que apesar dos Governos Cívicos terem sido extinguidos os Governos Cívicos as Assembleias Distritais não o foram, e por isso mesmo, o Senhor Presidente da Assembleia Distrital de Bragança solicitou que nesta Assembleia, com carácter de urgência, se procedesse à eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para a Assembleia Distrital de Bragança. De seguida o Senhor Presidente da Mesa questionou ambas as bancadas se haverá a necessidade de proceder exactamente à eleição ou se é dispensada e perguntou também às bancadas se têm propostas a apresentar. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A bancada do Partido Socialista propôs o Senhor Presidente da União de Freguesias de Gebelim e Soeima, Hélio Aires, como efectivo e a Senhora Presidente da União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira, Ana Maria Pereira, como suplente. A bancada do PSD/CDS-PP não apresentou proposta. -----

----- A proposta foi aceite por **unanimidade**, dos vinte e cinco Deputados presentes, dispensando a votação. -----

10) ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL;

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, a bancada do Partido Socialista propôs o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sambade, Ricardo Pimentel, como efectivo, e o Senhor Presidente da União de Freguesias Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes, como suplente. A bancada do PSD/CDS-PP não apresentou proposta. -----

----- A proposta foi aceite por unanimidade, dos vinte e cinco Deputados presentes, dispensando a votação. -----

11) CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – TOMADA DE POSSE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, VILARELHOS E VILARES DA VILARIÇA, POR FORÇA DAS ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2017;

----- Sobre o assunto em epígrafe, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por referir que na última reunião de Câmara, onde foram debatidos alguns assuntos relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, gerou-se uma dúvida que tinha a ver com, se efectivamente, estes Presidentes tinham que tomar posse, ou se estando num novo mandato autárquicos, se teria que instalar novamente todo o Conselho Municipal de Segurança, tendo-se admitido retirar este assunto para ser melhor analisado e trazê-lo à próxima sessão da Assembleia. Entretanto, o jurista analisou e chegou-se à conclusão que não há necessidade de instalar novamente o Conselho Municipal de Segurança, pelo que propõe que seja conferida posse aos Senhores Presidentes de Junta de Alfândega da Fé, Vilarelhos e Vilares da Vilariça. Seguidamente, o Senhor Vice-Presidente da Câmara fez um alerta e lançou um desafio às duas bancadas, dizendo que este Conselho Municipal é importante, debate matérias muito importantes do Conselho e tem que reunir trimestralmente, não tendo reunido neste trimestre por se estar a aguardar a tomada de posse. No entanto, há aqui uma dificuldade, reconhecendo que o Executivo foi muito ambicioso quando foi constituído este Conselho Municipal ao decidir que estariam presentes, todos os Presidentes de Junta e escolheu dez cidadãos com reconhecida idoneidade, o que leva a ter um Conselho Municipal muito extenso, com trinta e seis pessoas, e, por vezes, há dificuldade em ter quórum nas reuniões, o que é mau, porque não se debatem os assuntos e está-se a atrasar as reuniões. Assim, entende que na próxima sessão da Assembleia se deveria discutir novamente a nomeação dos cidadãos e os Presidentes de Junta e reduzir o número. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal conferiu posse aos Senhores Presidentes de Junta de Alfândega da Fé, Rui Araújo, de Vilarelhos, Célia Pancha e de Vilares da Vilariça, André Monteiro. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Usou da palavra o munícipe Senhor Carlos Simões começando por dizer que os debates foram acalorados, manifestando a sua satisfação. Disse, depois, estar triste por outro lado, pelo facto de se realizar a sessão ordinária da Assembleia Municipal conjuntamente com a “Evocação do 25 de abril de 1974”, ou seja, se continuar a insistir na realização da chamada assembleia “dois em um” como disse o Senhor Presidente da Assembleia, sessão extraordinária e ordinária. –

----- Referiu, depois, que no seu entender isto é uma afronta à memória de grandes lutadores antifascistas, como Álvaro Cunhal, Mário Soares, Salgado Zenha, Sá Carneiro e tantos outros, pelo que considera que hoje deveria ser apenas sessão extraordinária para comemorar o “25 de abril”. Disse esperar que no próximo ano apenas se realize neste dia uma sessão extraordinária. -----

----- Em resposta à intervenção do Munícipe Senhor Carlos Simões, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse partilhar da mesma opinião, mas esta situação da Comemoração do “25 de Abril” na Assembleia Municipal fosse integrada na sessão ordinária, que tem obrigatoriamente, de ser realizada no mês de abril e, para poupar dinheiro, tem sido a comemoração integrada na sessão ordinária. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Relativamente à mesma intervenção, o Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a intervenção do Município Senhor Carlos Simões é válida, que a compreende e aceita, que é uma questão que pode vir a ser alterada, que efectivamente, no passado houve aqui no passado um cariz financeiro. No entanto, acha que isto não é pôr em causa a dignidade das pessoas que trabalharam para o “25 de Abril”. Acha que não há melhor forma de dignificar as pessoas que trabalharam para o “25 de Abril” do que trabalhar neste dia pela liberdade e pela democracia. Continuando, disse, compete ao Senhor Presidente da Assembleia, conjuntamente com a Senhora Presidente da Câmara, poderem em próximos anos encontrar um formato diferente. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Carla Maria Bravo Franco)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)